

F — Experiências relevantes no exercício profissional	Pontuação máxima 53
Responsabilidade pela formação em serviço <sup>(5)</sup> . . .	5
Realização de acções de formação em serviço <sup>(6)</sup> . . . . .	5

<sup>(1)</sup> 0,5 pontos/ano, até ao máximo de 4 pontos.

<sup>(2)</sup> 1 ponto/ano, até ao máximo de 8 pontos.

<sup>(3)</sup> 0,5 pontos/semana de Ensino Clínico, até ao máximo de 15 pontos, considerando-se uma duração mínima de 2 semanas e 25 horas/semana.

<sup>(4)</sup> 0,5 pontos/semana de Ensino Clínico, até ao máximo de 5 pontos considerando-se uma duração mínima de 2 semanas e 25 horas/semana.

<sup>(5)</sup> 1 ponto/ano, até ao máximo de 5 pontos.

<sup>(6)</sup> 0,5 pontos/cada acção, até ao máximo de 5 pontos.

20 de Maio de 2011. — A Presidente, *Maria Filomena Mendes Gaspar*.

204705309

## INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

### Norma regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 2/2011-R

#### Norma Regulamentar n.º 2/2011-R, de 12 de Maio — Índices

Nos termos do n.º 1 do artigo 135.º do Regime Jurídico do Contrato de Seguro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de Abril, salvo estipulação em contrário, no seguro de incêndio em sede de riscos relativos à habitação, o valor do imóvel seguro ou a proporção segura do mesmo é automaticamente actualizado de acordo com índices publicados para o efeito pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Considerando, ainda, que o capital seguro por outras apólices, como as de multiriscos habitação, se encontra, frequentemente, indexado a um índice a publicar pelo Instituto de Seguros de Portugal;

Atendendo a que os índices publicados pelo Instituto de Seguros de Portugal têm como objectivo fornecer aos consumidores de seguros um valor de referência que contribua para evitar, de forma expedita, a desactualização dos contratos contra o risco de incêndio;

Considerando, por último, que compete sempre aos tomadores de seguros, mesmo dos obrigatórios, certificarem-se dos valores a segurar, tendo em conta, entre outras, as eventuais variações regionais face aos índices de âmbito nacional e as alterações dos bens seguros;

O Instituto de Seguros de Portugal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 135.º do Regime Jurídico do Contrato de Seguro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de Abril, bem como no n.º 3 do artigo 4.º do seu Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2001, de 13 de Novembro, emite a seguinte Norma Regulamentar:

Artigo único

#### Índices

Os índices a considerar nas apólices com início ou vencimento no 3.º trimestre de 2011, são os seguintes:

Índice de Edifícios (IE) – 358,65

Índice de Recheio de Habitação (IRH) – 276,64

Índice de Recheio de Habitação e Edifícios (IRHE) – 325,85

(Base 100: 1.º trimestre 1987)

12 de Maio de 2011. — O Conselho Directivo: *Fernando Nogueira*, presidente — *Rodrigo Lucena*, vogal.

204705228

## UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

### Declaração de rectificação n.º 915/2011

Por ter saído com inexactidão a publicação do despacho n.º 6663/2011, de 3 de Março, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 81, de 27 de Abril de 2011, referente ao Regulamento da Propriedade Intelectual da Universidade da Beira Interior, procede-se à seguinte rectificação e aditamento:

1 — Rectificação do artigo 12.º, assim onde se lê:

«Artigo 12.º

#### Forma de exploração

1 — A Universidade da Beira Interior decidirá sobre a forma em concreto segundo a qual a criação ou invenção de que for titular, irá ser objecto de exploração económica.

2 — De acordo com o melhor espírito de cooperação, o criador ou inventor deverá colaborar com a Universidade da Beira Interior, participando no processo de valorização dos resultados de investigação. A esta competirá a prática de todos os actos que conduzam à exploração adequada dos Direitos de Propriedade Industrial.

3 — O criador ou inventor tem o direito de ser informado pela Universidade de todas as diligências referentes ao processo de exploração, nomeadamente, dos termos precisos de propostas contratuais.»

deve ler-se:

«Artigo 12.º

#### Forma de exploração

1 — A Universidade da Beira Interior decidirá sobre a forma em concreto segundo a qual a criação ou invenção de que for titular irá ser objecto de exploração económica.

2 — De acordo com o melhor espírito de cooperação, o criador ou inventor deverá colaborar com a Universidade da Beira Interior, participando no processo de valorização dos resultados de investigação. A esta competirá a prática de todos os actos que conduzam à exploração adequada dos Direitos de Propriedade Industrial.

3 — O criador ou inventor tem o direito de ser informado pela Universidade de todas as diligências referentes ao processo de exploração, nomeadamente dos termos precisos de propostas contratuais.

4 — A Universidade fica obrigada a apresentar no prazo de um ano ao criador ou inventor uma proposta sobre a exploração económica do invento ou criação, considerando-se, no caso de não ser apresentada tal proposta, devolvida ao inventor ou criador o direito de decidir sobre a melhor forma de exploração e de conduzir as respectivas diligências, informando a Universidade sobre as propostas contratuais.

5 — A Universidade deverá renunciar a favor do criador ou inventor aos direitos previstos no presente Regulamento, salvo o direito à percentagem dos proveitos que por ele lhe são assegurados, quando seja manifestamente incapaz de obter uma exploração economicamente vantajosa ou socialmente útil.»

2 — São aditados os artigos 21.º-A e 25.º-A, com a seguinte redacção:

«Artigo 21.º-A

#### Salvaguarda

O disposto na presente secção não se aplica às criações intelectuais abrangidas pelo artigo 63.º-A do ECDU.

Artigo 25.º-A

#### Resolução alternativa de litígios

A Universidade privilegia o recurso à resolução alternativa de litígios relativamente aos litígios relativos às matérias abrangidas pelo presente regulamento através da arbitragem *ad-hoc*, com sede, sempre, na Covilhã.»

13 de Maio de 2011. — O Reitor, *João António de Sampaio Rodrigues Queiroz*.

204706451

## UNIVERSIDADE DE COIMBRA

### Declaração de rectificação n.º 916/2011

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2011, a p. 20422, o despacho n.º 7175/2011, rectifica-se que onde se lê «Cristiane de Souza Reis Arruda, Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI, António dos Santos Justo, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra» deve ler-se «Cristiane de Souza Reis Arruda, Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI, José Joaquim Dinis Reis, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra».

17 de Maio de 2011. — O Reitor, *João Gabriel Monteiro de Carvalho e Silva*.

204706054